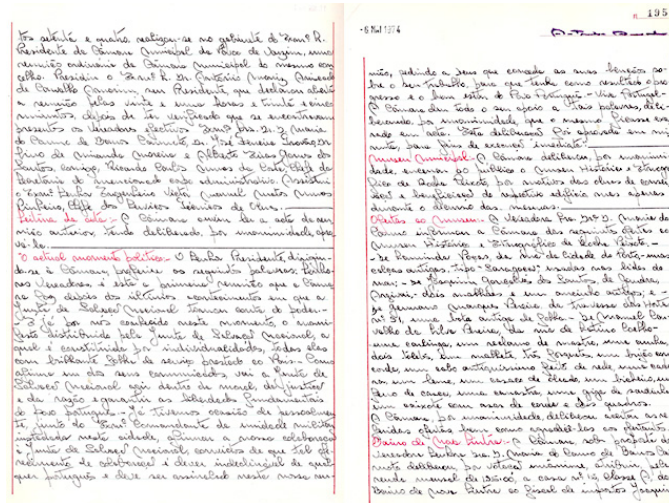


ACTA DA CÂMARA SOBRE “O ACTUAL MOMENTO POLÍTICO” (6 de Maio de 1974)



Abril faz-nos lembrar Revolução, a associação é inevitável. Uma efeméride como o 25 de Abril, não deixa ninguém indiferente. Data relevante da nossa História recente, qualquer que seja o juízo que sobre ela se faça.

Num só dia, o regime político que vigorava em Portugal desde 1926, viria a ser derrubado pelo golpe de estado militar do dia 25 de Abril de 1974. Aquela que ficou conhecida como a Revolução dos Cravos, Dia D, ou ainda, Dia da Liberdade, por se considerar que esta revolução trouxe a liberdade ao povo português, tornar-se-ia um marco na história política do país.

Desde as lutas liberais no início do séc. XIX que a instabilidade e “divisão” do país eram notórias. Mesmo assim a segunda metade deste século ficaria marcada por um período de progresso. Os últimos anos da monarquia foram de grande tensão, e mesmo os que se seguiram à implantação da república, em 1910. Portugal vivia uma época de conturbações políticas, económicas e sociais, com quedas de sucessivos governos e uma situação financeira periclitante, agravada com a participação na I Guerra Mundial.

Neste cenário de instabilidade do país, o golpe militar de 28 de Maio de 1926 era inevitável. É então, e na sequência deste golpe que foi implementado em Portugal um regime autoritário de inspiração fascista, que mais tarde viria a dar origem ao designado Estado Novo.

António de Oliveira Salazar foi o “mentor” deste regime fortemente centralizado pelo estado e ditatorial. Com uma política de austeridade, este homem consegue equilibrar a balança económico-financeira do país e construir uma imagem de homem de estado forte. Imagem essa que influencia a aprovação de uma nova Constituição, que instaurou o regime do Estado Novo.

Um regime autoritário que proíbe os partidos políticos e as greves, estabelece a censura e cria uma polícia política, a PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), que perseguia os seus opositores. Medidas que caracterizavam um estado repressivo, que dominava pelo medo e pela ignorância, situação essa apoiada nas más condições de vida da população e na elevada taxa de analfabetismo. Era mais fácil dominar uma sociedade pobre e sem cultura.

De resto, sob o governo do Estado Novo, Portugal foi sempre considerado uma ditadura, quer pelos próprios dirigentes do regime, quer pela oposição.

Após a II Guerra Mundial, o mundo transformava-se e Portugal mantinha-se estático e inabalável como se o tempo tivesse parado. Enquanto alguns países europeus iniciavam os processos de alienação progressiva das suas colónias, o país mantinha uma política que considerava a manutenção das colónias do Ultramar.

Apesar de diversas contestações a nível mundial, Portugal prosseguiu uma política de força, mantendo as suas colónias como parte integrante do país. E viu-se, na década de 60, obrigado a defendê-las militarmente de grupos armados de influência comunista. Em quase todas as colónias portuguesas africanas - Angola, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, surgiram grupos independentistas que se manifestavam sob a forma de guerrilhas armadas.

A guerra colonial portuguesa era motivo de descontentamento para a população, e as condições de vida pioravam devido ao esforço financeiro exigido para sustentar o conflito. No entanto, o regime continuava surdo às oposições internas e pressões internacionais, Portugal mantinha-se “orgulhosamente só”.

António de Oliveira Salazar controlava o país, e fê-lo até 1968, altura em que foi afastado por incapacidade. Marcelo Caetano assumiu o poder e passou ele a dirigir o país. Apesar da aparente liberalização, conhecida como “primavera marcelista”, a verdade é que as estruturas salazaristas mantinham-se iguais. Continuava a censura, a PIDE (agora chamada DGS - Direcção Geral de Segurança) e a guerra colonial.

Nos inícios dos anos 70, o regime autoritário do Estado Novo continuava a pesar sob Portugal, qualquer tentativa de reforma política era impedida pela própria apatia do regime e pelo poder da sua polícia política.

Resultado de um regime caduco sem resposta aparente para um mundo ocidental em plena agitação social, cultural e intelectual, Portugal estava um isolado do resto do mundo e via-se obrigado a defender pela força das armas o seu império. Foi necessário investir grandes esforços numa guerra colonial de pacificação, enquanto as outras potências coloniais asseguravam retiradas estratégicas do continente africano.

A Guerra do Ultramar terá sido um dos precedentes para a Revolução de 74. Esta foi pensada, programada e levada a cabo por um grupo de militares descontentes com o regime e a situação militar resultante da guerra colonial.

Foi sem grande resistência das forças do governo então em vigor, que os oficiais intermédios da hierarquia militar (o MFA - Movimento das Forças Armadas), derrubaram o regime de ditadura que durante 48 anos oprimiu o povo português, e conduziram o país a um novo regime político.

Os acontecimentos deste dia revelam que o MFA estava organizado e que era mais do que uma organização corporativista. Os militares da revolução, na sua maioria capitães, preconizaram um momento da história portuguesa, com milhares de outros protagonistas anónimos.

A população apoiou, desde o primeiro minuto este movimento, o que se tornou decisivo para a vitória ocorrida. O povo percebeu que os capitães tinham a vontade de restabelecer liberdades há muito perdidas e acabar com aquele regime podre e decrépito.

No dia 24 de Abril de 1974, o posto de comando do movimento golpista foi instalado secretamente no quartel da Pontinha, em Lisboa, por um grupo de militares comandados por Otelo Saraiva de Carvalho.

Situações impossíveis apenas 24 horas antes, marcaram os derradeiros momentos do Estado Novo. Imaginemos o Terreiro do Paço entre as 8 e as 11 da manhã, ocupado pela Escola Prática de Cavalaria, comandada pelo Capitão Salgueiro Maia; o Largo do Carmo ao meio-dia, para onde aquele moveu parte das suas forças, no sentido de encontrar o então chefe do governo, Marcelo Caetano, que estava no

Quartel do Carmo, e se rendeu ao final do dia fazendo apenas uma exigência – que o poder fosse entregue ao General António Spínola que não fazia parte do MFA, para que o “poder não caísse na rua”. E mesmo, a tensão vivida na Rua António Maria Cardoso durante toda a tarde, onde um grupo se manifestava à porta das instalações da PIDE e foi atingido a tiro por esta polícia política.

Sinais como a canção “E depois do Adeus”, de Paulo de Carvalho, que desencadeou a tomada de posições da primeira fase do golpe de estado; e a canção “Grândola Vila Morena”, de José Afonso, que confirmava o golpe e marcava o início das operações, ficariam para sempre eternizados.

Este golpe militar teve a colaboração de vários regimentos militares que desenvolveram uma acção concertada. Foi a Revolução dos Cravos - símbolo inequívoco desta revolução. Terminara a repressão, regressara a liberdade, vinha aí o fim da guerra e do colonialismo, vinha aí a democracia.

Esta revolução pôs fim ao isolacionismo a que Portugal estava condenado há já vários anos e ajudou ao nascimento de novos países independentes. Constituindo-se o movimento pioneiro de enormes transformações democráticas em todo o mundo e demonstrando que as forças armadas não estão condenadas a ser um instrumento de opressão, podendo, pelo contrário, ser um elemento libertador dos povos.

É claro que as manifestações de liberdade se fizeram sentir um pouco por todo o país, ecoavam gritos de vitória próprios de quem se sente livre. Nesta cidade, só a 6 de Maio de 1974, em Acta da Câmara* se fala do então “actual momento político do país”, e as palavras proferidas pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara são claras: “...a primeira reunião que a Câmara faz depois dos últimos acontecimentos em que a Junta de Salvação Nacional tomou conta do poder – é já por nós conhecido neste momento, o manifesto distribuído pela Junta de Salvação Nacional, a qual é constituída por individualidades, todas elas com brilhante folha de serviço prestado ao país – como afirma um dos seus comunicados, vai a Junta de Salvação Nacional agir dentro da moral, da justiça, e da razão e garantir as liberdades fundamentais do povo português. Já tivemos ocasião de pessoalmente, junto do Exmo. Comandante da unidade militar instalada nesta cidade, afirmar a nossa colaboração à Junta de Salvação Nacional, convictos de que tal oferecimento de colaboração é dever indeclinável de qualquer português, (...), pedindo a Deus que conceda as suas

bênçãos sobre o seu trabalho, para que tenha como resultado o progresso e o bem estar do Povo Português - Viva Portugal - a Câmara deu todo o seu apoio a tais palavras, deliberando, por unanimidade, que o mesmo ficasse exarado em acta...”

Ao cumprir todas as suas promessas, os “Capitães de Abril” transformaram o seu acto libertador numa acção única na história da Humanidade. Disso se orgulham, nisso se revêem. Porque se não pode apagar a memória, porque importa ter presente a razão de ser do 25 de Abril. Com ele regressaram as liberdades de opinião, de expressão e de imprensa. Fala-se sem medo, e diz-se o que se pensa.

* documentos que integram o espólio do Arquivo Municipal

Bibliografia consultada:

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História de Portugal, Verbo

MATTOSO, José, História de Portugal, Círculo de Leitores

Internet:

www.wikipedia.org

www.sapo.pt

www.citi.pt